

KARDEX (X)
MC (Ø)
PP ()
DOC. GERAL ()

Publicação do CEDI

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Professorado

Nº 553 — de 5 a 20 de novembro de 1990

Aconteceu

PT decide pelo voto nulo e PSDB libera eleitor em São Paulo

O PT adotou o voto nulo como posição oficial do partido para a eleição em São Paulo. Já o PSDB declarou-se oficialmente contra as candidaturas Paulo Maluf (PDS) e Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB). No caso do PT, não significa que o partido fará campanha pelo voto nulo. A decisão é uma vitória dos grupos mais à esquerda e agradou o ex-candidato Plínio de Arruda Sampaio. Franco Montoro, do PSDB, defenderá o voto em Fleury. (página 3)

Embraer tem dívida de US\$ 600 milhões e começa a demitir

A crise na indústria bélica chega à Embraer. Mergulhada numa dívida de US\$ 600 milhões, a empresa começou a demitir 4 mil de seus 12.600 funcionários. Durante o primeiro semestre o diretor-superintendente, Ozílio Silva, anunciara perspectivas otimistas. (página 12)

Projeto para criar Parque Yanomami está com Collor

Já está nas mãos do presidente Fernando Collor projeto que propõe a criação do Parque Indígena Yanomami. O texto foi entregue pelo presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. O projeto define uma área de 9.419.108 hectares para o Parque. (página 11)

Pobreza no Brasil é maior com Plano Collor

O índice de pobreza no Brasil este ano será maior que os 40% da população registrados em 1985. Os números da fome estão em estudo da Organização das Nações para Agricultura e Alimentação (FAO). Na avaliação de sociólogos e eco-

nomistas, o agravamento da situação tem como causa a crise econômica provocada pelo Plano Collor, com inflação e desemprego crescentes. O salário mínimo hoje é insuficiente para comprar a cesta básica. (página 2)

Carlos Carvalho



O estudo aponta que 76 milhões de brasileiros são pobres e miseráveis

Aumenta pobreza no governo Collor

A crise econômica do país, com inflação e desemprego crescentes, está fazendo aumentar o número de brasileiros pobres, avaliam sociólogos e economistas. Segundo eles, em 1990 o índice de pobreza será maior que os 40% da população registrados em 1985 — taxa publicada em estudo da FAO, Organização das Nações para Agricultura e Alimentação, apresentado no seminário "Fome — O Desafio dos Anos 90".

"Hoje, pelo menos de 65 milhões a 70 milhões de brasileiros vivem na pobreza", afirma a diretora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade de Campinas (Unicamp), Maria Antonia Martins Galeazzi. Ela calculou baseando-se no índice de 1985. As pesquisas de 1990 devem apontar números mais elevados, porque neste ano o índice de pobreza deve ser significativamente mais alto", diz, considerando os indicadores de crise econômica.

De acordo com a pesquisa realizada em conjunto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), divulgada na semana passada, "os rendimentos do tra-

balho encontram-se nos menores níveis já captados pela pesquisa, equivalendo a menos de 70% dos verificados em 1985".

O salário mínimo, por exemplo, não está sendo suficiente para comprar a cesta básica de alimentos. A taxa de desemprego em setembro foi 29,1% superior à verificada no mesmo mês, no ano passado. Na Grande São Paulo, estavam desempregadas 860 mil pessoas.

Avaliando o período de cinco anos, o chefe do Departamento de Economia da Unicamp, José Graziano da Silva, diz que entre 85 e 87 houve desconcentração de renda e redução do índice de pobreza. "Depois de 87, com o aumento da inflação e a redução dos níveis salariais e de emprego, não só voltou a concentrar a renda, mas chegamos em 1990 com índices muito piores que os de 1985", diz.

Mesmo sem haver ainda uma pesquisa deste ano, José Graziano afirma que "hoje, com certeza, 50% da população vive na pobreza". Se a estimativa se confirmar, isso significa que cerca de 76,6 milhões de brasileiros são pobres e miseráveis. (*Folha de S. Paulo*, 29/10/90)

Mínimo não paga o básico

O salário mínimo não é suficiente para o trabalhador comprar a cesta básica em São Paulo, conforme pesquisa do Dieese.

O valor da cesta básica já superou o do salário mínimo em três meses neste ano, até setembro. É a primeira vez que isso acontece com tanta frequência em um ano, desde que a pesquisa começou a ser realizada, em 1959.

A cesta básica, considerada o mínimo indispensável de alimentos para a subsistência de um trabalhador durante um mês, foi fixada pelo decreto-lei 399, de 1938. Consta de 13 produtos, com as respectivas quantidades.

Inclui, por exemplo, 6 kg de carne, 7,5 litros de leite, 9 kg de tomate, 4,5 kg de feijão e 3 kg de arroz.

Em São Paulo, o valor da cesta básica foi maior que o do salário mínimo em junho, agosto e setembro. Nesse último mês, a cesta básica custou Cr\$ 6.189,43, contra Cr\$ 6.056,31 do mínimo. Em outras capitais, a situação é pior. Em Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro, desde junho o valor da cesta básica supera o do salário mínimo. O preço mais alto foi registrado em Porto Alegre, onde atingiu Cr\$ 6.677,12 em setembro — mais que o mínimo de outubro.

Outras pesquisas do Dieese também demonstram a queda do poder aquisitivo do salário mínimo. Em fevereiro de 1959, por exemplo, equivalia a 93 kg de carne, ou 241 kg de feijão. No mês passado, pagava 14 kg de carne ou 79 kg de feijão. (*Folha de S. Paulo*, 29/10/90)

Aconteceu

Nº 553

5 a 20 de novembro de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Beatriz de Moraes Vieira
Carlos Alberto Ricardo
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: Rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 700,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 900,00
Assinatura exterior
US\$ 50

PT adota posição de voto nulo em São Paulo

O PT decidiu adotar o voto nulo como posição oficial do partido para o segundo turno. A decisão foi tomada por cerca de 800 delegados no encontro extraordinário realizado dia 28. A decisão não significa que o partido fará campanha pelo voto nulo.

A decisão é uma vitória dos grupos mais à esquerda, principalmente dos trotskistas. Saem enfraquecidos os que defendiam o apoio crítico a Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), como a prefeita Luiza Erundina e o prefeito de Campinas Jacó Bittar, o nome mais vaiado do encontro. Em nenhuma votação foram contados os votos, mas consideradas vencedoras as propostas que tinham apoio evidente do plenário.

A recomendação pelo voto nulo foi decidida à tarde, quando se discutiram emendas à proposta vencedora na parte da manhã, a de não apoiar qualquer candidato. A primeira votação foi entre quatro propostas: 1) a vencedora, com cerca de 80% dos votos, da executiva regional, que era

contra o apoio a qualquer candidato mas não se definia quanto ao voto nulo ou em branco; 2) o grupo trotskista O Trabalho, pelo voto nulo; 3) a Convergência Socialista também defendeu voto nulo, mas com uma campanha de esclarecimentos; e 4) filiados do diretório de Santo André e o vereador paulistano Maurício Faria defenderam o voto crítico em Fleury.

A primeira emenda votada à tarde foi defendida pelo senador eleito Eduardo Suplicy, favorável à realização de uma prévia geral antes da decisão. Foi derrotada. Mas Suplicy fez um discurso elogiando o que chamou de espírito democrático do partido e saiu aplaudido. O presidente do partido, Luís Inácio Lula da Silva, que antes da votação disse que era "simpático" à prévia, votou contra a medida.

Em seguida, veio a discussão mais polêmica: a recomendação do voto nulo, que constaria ou não do documento final. Valério Arcari, da Convergência Socialista (trotskista), defendeu o voto nulo. Cândido Vaca-

Plínio concorda

O candidato derrotado ao governo de São Paulo, Plínio de Arruda Sampaio, estava satisfeito com o resultado final do encontro extraordinário. "Sempre fui a favor do voto nulo para essa eleição. Será um voto de conjuntura, já que a população está, confusa e manifestou essa posição pelos votos nulos no primeiro turno". (Folha de S. Paulo, 29/10/90)

rezza, da executiva regional, foi contra a inclusão. Por 60% a 40%, venceu o voto nulo. Lula, que apoiava o voto em branco, dizia antes que o voto nulo era "a negação do processo eleitoral". No fim do encontro, mudou de idéia. "Não há diferença entre o voto nulo e o voto em branco". (Folha de S. Paulo, 29/10/90).

PSDB libera seus eleitores no segundo turno

O PSDB decidiu oficialmente declarar-se contra as candidaturas Paulo Maluf (PDS) e Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), que disputam o segundo turno das eleições em São Paulo.

A reunião dos tucanos durou seis horas. Foi marcada por críticas ao governador Orestes Quércia. O ex-governador Franco Montoro, defensor do aval a Fleury, recuou e disse que acataria a resolução da maioria. No fim, disparou sobre Orestes Quércia: "Considero o movimento quercista tão corrupto quanto o malufista".

Fernando Henrique Cardoso, que é contrário à aliança com Fleury, foi na mesma direção. "Não vivemos um momento de ameaça à democracia que justifique o voto contra Maluf. Estamos, sim, vendo que a democracia vive a ameaça da corrupção tanto malufista como quercista", afirmou. O eleitorado foi "liberado".

No início da reunião, às 19:45, cerca de 300 tucanos estavam no plenário da Câmara Municipal de São Paulo, José Serra, o presidente regional do PSDB, abriu o encontro proclamando os presentes ao engajamento na tarefa de "reconstrução" do partido e apelando para que a decisão sobre o segundo turno não fosse adiada. "Se isso acontecer o clima de fratura será maior", disse.

O tom dramático prosseguiu com as intervenções dos representantes de diretórios. Os que queriam a neutralidade sempre batiam na linha "Quércia chamou nosso candidato de bunda mole". Os poucos diretórios interioranos que defendiam a aliança com o quercismo levavam vaias. Críticas e acusações de corrupção ao governo Quércia também rechearam as intervenções.

Fernando Henrique Cardoso, que junto com José Serra articulou a posição de "independência", começou dizendo que qualquer posição que

não fosse clara seria prejudicial ao PSDB. Depois de falar sobre as semelhanças que enxerga entre malufismo e quercismo, atacou: "Não queremos nos confundir com essa podridão que está aí. Não podemos compactuar com a corrupção da democracia". (Folha de S. Paulo, 17/10/90)

Montoro já decidiu

O presidente nacional do PSDB, André Franco Montoro, pretende defender o voto em Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), apesar da decisão de seu partido de rejeitar as duas candidaturas que disputam o segundo turno no estado de São Paulo. A informação é o embrião de uma crise interna no PSDB. (Folha de S. Paulo, 17/10/90)

Julgamento dos assassinos de Sebastião Lan é adiado

Mauro Gonçalves/Imagens da Terra

Ficou transferido de 11 de outubro para 23 de novembro o julgamento dos assassinos de Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio (RJ). Depois de esperar por mais de duas horas pelo preso José Cordeiro, o Zé Florzinha, intermediário do crime, o juiz da 2ª Vara de Cabo Frio, Edival Bastos Silva, adiou a sessão. O Despe alegava não ter viatura para transportar o acusado. A promotora Glória Márcia Percinoto pediu que fossem anexadas provas de crime de desobediência. Caso isto seja confirmado, a promotora abrirá ação quinquário, para apurar responsabilidades.

Indignação, sede de justiça, humilhação e frustração foram os sentimentos que dominaram centenas de pessoas que acompanhavam os trabalhos no Tribunal. Estes sentimentos foram manifestados pelo militante do movimento comunitário e da CUT Aldacir Fonseca de Souza, preso por desacato à autoridade, ao deixar a sala gritando "justiça" e somente liberado após o pagamento da fiança de Cr\$ 2 mil, rateada entre os presentes.

O assassinato de Lan envolve ainda o dono da fazenda Campos Novos, onde ocorreu o crime, Jamil Cesário Cury Míziara e o grileiro Evaldo Fer-



Os trabalhadores que foram ao Tribunal pediam justiça para o caso

reira de Freitas, impronunciados por falta de provas. Há também o administrador da fazenda, Hermes Benites Vicente, que está foragido, e os outros dois réus do julgamento adiado: o ex-segurança da Telerj, Hélio de Barros Filho, apontado como autor dos disparos, e o ex-PM Di Stefano Ananias de Jesus, motorista do carro usado no crime.

Ainda segundo o juiz, outro motivo para o adiamento era a ausência do advogado de Zé Florzinha, o criminalista Alfredo Nobre, que também se encontra detido por suspeita de

envolvimento no envio de passaportes falsos para seqüestradores detidos no Paraguai. Nobre já foi diretor do presídio Ferreira Neto, onde seu cliente está preso. Hélio Barros está na delegacia de Araruama e Di Stefano na DVC-Polinter, em Niterói. O adiamento da sentença foi pedido pelos advogados de Hélio Barros e Di Stefano.

Estiveram presentes vereadores, deputados estaduais e representantes de sindicatos e entidades diversas, que a partir das 13 h do dia 11 realizaram passeata e ato público na praça em frente ao Fórum de Cabo Frio.

Para Achilles Lan, viúva do sindicalista, o adiamento da decisão foi uma derrota. "Se acontecesse dava mais força para o nosso lado", dizia Achilles, que foi ao Tribunal acompanhada de 8 dos 9 filhos que tinha com Lan.

Para a promotora Glória Márcia todas as provas são extremamente favoráveis à acusação e o homicídio será duplamente qualificado, como crime de surpresa — tocaia — e paga — 150 mil cruzados. "Vou pedir a pena máxima, que é de 30 anos", afirmou a promotora. Entretanto, os 15 jurados foram dispensados e a sessão não se realizou. Segundo moradores do local, Zé Florzinha tem sido visto passeando impunemente pela fazenda onde aconteceu o crime, já tendo inclusive jurado de morte outras pessoas. (Mônica Ramos/Imagens da Terra, 10/90)

Lan foi assassinado em julho de 88

Sebastião Lan foi assassinado em 6 de julho de 1988, na fazenda Campos Novos, desapropriada pelo Incra em 1983. Documentos sobre a desapropriação da fazenda Campos Novos que Tião, como era conhecido, levava para uma audiência no dia seguinte com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, desapareceram.

Esta foi mais uma morte anunciada. Cinco anos antes do crime, Lan denunciava as ameaças que vinha sofrendo e dizia os nomes dos criminosos, além de pedir à polícia garantias de vida.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, no Bra-

sil aconteceram 1.566 assassinatos de trabalhadores do campo, nos últimos 26 anos. Destes crimes apenas 17 foram à julgamento e houve 8 condenações, que não incluem nenhum mandante. Ainda assim, entre os condenados dois mataram índios, outros dois executaram sacerdotes e quatro mataram advogados envolvidos em questões de terra. Por enquanto, nenhum assassino de trabalhador rural pagou pelo crime cometido.

Será que o caso Sebastião Lan vai virar apenas mais um número nesta lamentável estatística? (Mônica Ramos/Imagens da Terra, 10/90)

Crime no Acre gera temor de fuga de Darli

A morte do delegado Antônio Gomes Campos, que há quatro anos ocupava o cargo de diretor da Penitenciária do Estado do Acre, aumenta as suspeitas de que o fazendeiro Darli Alves da Silva e seus filhos, Darci e Oloci, acusados da morte de Chico Mendes, estariam planejando a fuga do presídio. O delegado foi morto no dia 14 de outubro à noite, depois de denunciar o plano de fuga.

Dois dias antes, em reunião com o governador Edson Cadaxo, Antônio Campos disse que o plano previa a invasão do presídio para a retirada dos acusados e que vinha sendo ameaçado de morte. Disse que Darli protestou contra sua transferência para uma cela de segurança máxima. A mulher de Campos confirmou as ameaças e afirmou que o fazendeiro ofereceu dinheiro a seu marido para facilitar a fuga. Campos foi morto na varanda de sua casa, com dois tiros disparados pelo presidiário Luís Enedino de França. (*Jornal do Brasil*, 19/10/90)

Promotor sofre atentado em SP

O promotor público Marcelo Pedrosa Goulart, que lidera uma campanha jurídica para exigir o uso de ônibus no transporte de bóias-frias no Estado de São Paulo, sofreu um atentado à bomba no dia 17 de outubro em Sertãozinho, região de Ribeirão Preto.

A bomba — um coquetel *molotov* de fabricação caseira — foi jogada por dois homens de uma motocicleta e danificou o automóvel do promotor.

Uma equipe da Delegacia de Investigações Gerais de Ribeirão Preto está ajudando nas investigações, e o delegado Paulo Domingues de Oliveira abriu inquérito para apurar os fatos.

O promotor disse que o crime pode estar relacionado à liminar que obteve na Justiça proibindo o uso de caminhões no transporte de bóias-frias e com o processo que move contra empreiteiras que não respeitam a legislação. (*O Estado de S. Paulo*, 19/10/90)

Lei protege bóia-fria

Desde que começou a vigorar no dia 6 de outubro a Lei Sassa Mutema — como ficou conhecido o artigo 190 da Constituição do Estado de São Paulo, que proíbe a utilização dos pau-de-arara para o transporte de bóias-frias, obrigando sua substituição por ônibus —, cerca de 50 caminhões foram apreendidos pela PM em vários municípios e a justiça concedeu liminares, proibindo a circulação de caminhões com trabalhadores nas rodovias. O atendimento à legislação abriu controvérsias no governo estadual e colocou em cheque empreiteiras e grandes fazendeiros. (*O Estado de S. Paulo*, 18/10/90)

Romaria reúne 45 mil em Santa Catarina

A 5ª Romaria da Terra organizada pela Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina envolveu no Seminário Diocesano de Taió uma multidão estimada em 45 mil pessoas, representando as oito dioceses do Estado. Romeiros do Paraná, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul, e representantes da Pastoral da Terra de outros países como Argentina, Chi-

le, Equador, Bolívia, Venezuela, Espanha e Alemanha também participaram do encontro, que teve como tema "Integração do Homem Rural e a Agroindústria".

Todos os anos são realizadas no Brasil trinta romarias da terra, sempre com o objetivo básico de despertar o homem do campo para se organizar em movimentos e defen-

der seus interesses junto à sociedade.

Na multidão que se formou em Taió, grupos organizados de mulheres agricultoras, camponeses atingidos por barragens e membros de movimentos sindicais, classistas e de trabalhadores rurais sem terra, manifestaram suas lutas e seus anseios, cantaram e carregaram faixas e bandeiras. (*Diário Catarinense*, 10/10/90)

Projeto empresarial desmata e expulsa lavradores no RJ

Uma briga por terras iniciada na década de 60 está ameaçando a tranquilidade de posseiros em Parati, no litoral sul do Estado do Rio. Interessada em desenvolver dois complexos turísticos na região — um dos quais prevê o desvio de um trecho da estrada Rio-Santos, o que causaria a devastação de um trecho de Mata Atlântica —, a empresa Mercantil Internacional vem esbarrando na obstinação de três famílias de lavradores e pesca-

dores, que se recusam a abandonar suas terras. Cerca de 160 famílias deixaram São Gonçalo, forçadas por diferentes tipos de pressão.

Na disputa pela terra, moradores acusam a Mercantil e também a White Martins de grilagem de terras e de ter expulsado os lavradores. Por enquanto, a resistência das três famílias impede que a Mercantil execute o projeto de São Gonçalo. O outro, na Prainha de Mambucaba, terá que

ser reformulado, já que foi rejeitado pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, por ameaçar o ecossistema. Duas pessoas já morreram e a maior parte das 160 famílias expulsas vive hoje em favelas de Parati. O advogado Antônio Francisco Maia, que defende uma das famílias remanescentes, acusa a Mercantil de ter tomado posse de terras que são do estado, da União e dos lavradores. (*Jornal do Brasil*, 20/10/90)

Arcebispo retoma igreja em Recife; a crise se agrava

A crise que há dois anos atinge a Arquidiocese de Olinda e Recife, que se encontra mergulhada em uma verdadeira guerra santa com petardos disparados entre conservadores e progressistas — através de manifestações que ocorrem até mesmo no meio da celebração de missas —, registrou novo episódio no último dia 19. Um oficial de justiça, protegido por 40 policiais militares, arrombou as portas da igreja do Morro da Conceição, no bairro da Casa Amarela, no Recife, sob os protestos e vaias dos paroquianos, para devolvê-la à Arquidiocese de Recife e Olinda. A igreja estava fechada desde dezembro do ano passado, quando o padre Reginaldo Veloso, que trabalhava no morro havia 13 anos, foi afastado da paróquia pela arquidiocese, punido com base no direito canônico, por discordar da orientação do arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho. Os fiéis não aceitaram a destituição do pároco nem o padre nomeado para substituir Veloso, Constante Danielwicz, que assumiu a paróquia sob vaias.

Os membros do Conselho Paroquial consideraram a reintegração de posse um "ato de traição do arcebispo". Uma última reunião de negociação entre os paroquianos e o vigário-

geral da arquidiocese seria realizada para por fim à polêmica oficializando um acordo.

Segundo os líderes comunitários Josenildo Sinésio e Helena Lopes, a arquidiocese havia aceitado a nomeação de um padre escolhido pelos paroquianos em uma lista de doze nomes. O padre Reginaldo, contemplado com uma promessa de retirada da suspensão, já havia concordado em deixar a paróquia.

"Sem o cumprimento do acordo não haverá paz nem calma no Morro da Conceição", diziam os paroquianos. Na data marcada para a celebração do acordo, o Tribunal de Justiça julgou o mandado de segurança impetrado pela comunidade e ordenou a reintegração de posse.

O vigário-geral disse encarar com naturalidade a resistência da comunidade ao novo pastor. "Tudo vai terminar serenando", acredita. Segundo ele, a reintegração de posse foi um "simples procedimento jurídico" que não impedirá as negociações com os fiéis.

Dois dias depois de terem perdido a posse da paróquia, os fiéis do Morro da Conceição celebraram uma missa em frente à igreja. O culto, concorrido por cerca de quinhentas pessoas, foi feito em protesto contra

as determinações do arcebispo e estava programado para se confrontar com a missa que seria realizada pelo novo pároco, padre Constance Danielewicz.

"Estamos celebrando a resistência das comunidades dessa paróquia", afirmou o padre Reginaldo, que, vestindo vermelho — "a cor do Espírito Santo e o símbolo das lutas" —, acompanhou a missa comandada pelo presidente do Conselho dos Religiosos do Brasil, padre Humberto Numen. O evento também comemorou os 10 anos do Conselho Paroquial, formado por crentes de várias igrejas e idealizado pelo padre Reginaldo. 57 sacerdotes que atuam em diversas paróquias de Pernambuco divulgaram uma nota de protesto contra o "governo arquidiocesano", o qual acusam de constituir-se em "vergonha" para o clero.

Diz a nota: "Lamentamos, envergonhados, que o governo arquidiocesano tenha preferido impor o seu ponto de vista recorrendo à força policial". Eles se dizem solidários com os moradores do Morro da Conceição, "no seu sofrimento de comunidade, atingida na sua dignidade e no seu direito de ser Igreja". (*O Estado de S. Paulo*, 20/10/90; *Jornal do Brasil*, 21/10/90 e 23/10/90)

Papa João Paulo 2º pede concórdia ao povo argentino

Ao receber no Vaticano o presidente da Argentina, Carlos Menem, o papa João Paulo 2º exortou todos os argentinos a superarem "as feridas e os antagonismos provenientes de um passado não muito distante".

Antes da declaração, pública, o presidente Menem tinha conversado reservadamente com o pontífice por meia-hora, mas como de hábito nada se informou a respeito desse encontro.

Ao final da visita, o presidente ofereceu ao papa uma pia de água benta do século 19, de prata. (*O Globo*, 20/10/90)

Dom Paulo Arns comemora 20 anos como arcebispo

O cardeal dom Paulo Evaristo Arns, comemorou 20 anos de sua nomeação como arcebispo de São Paulo, participando da 8ª Semana de Fé e Compromisso Social, promovida pela Arquidiocese de São Paulo.

Dom Paulo Evaristo Arns foi nomeado arcebispo metropolitano de São Paulo pelo papa Paulo 6º, a 22 de outubro de 1970. Antes, no ano de 1966, fora nomeado bispo auxiliar, com jurisdição na região episcopal de Santana. No consistório de 5 de março de 1973, foi elevado a cardeal, do título de Santo Antônio de Pádua na Via Tuscolana. Sua posse à frente do arcebispa-

do deu-se a 1º de novembro de 1970.

Quatro grandes temas nortearam a 8ª Semana de Fé e Compromisso Social, organizada pela Coordenação Arquidiocesana de Pastoral e entidades de Igreja: São Paulo de 1970 a 1990; Da operação periferia à pastoral urbana; Fé e política e novos caminhos pastorais.

No encerramento da Semana, entidades católicas e comunidades eclesiais de base homenagearam dom Paulo com um momento de oração no Largo São Francisco, uma caminhada pelo centro da cidade e uma festa no Teatro Municipal. (*O Estado de S. Paulo*, 20/10/90)

Seita Moon lançará jornal diário em janeiro

A Igreja da Unificação, liderada pelo reverendo sul-coreano Sun Myung Moon, realizou mais uma atividade destinada a melhorar sua imagem no Brasil. A 1ª Conferência Nacional dos Meios de Comunicação, promovida no Centro de Convenções Rebouças pela Associação Mundial dos Meios de Comunicação (AMMCO), um dos braços da propaganda ideológica da igreja, foi um ato preparatório para o relançamento da *Folha do Brasil*, que deve chegar às bancas em janeiro.

“O jornal lutará a favor da moralidade e contra o ateísmo”, anuncia Leornes Ferreira, presidente da AMMCO. De acordo com os líderes da igreja, o periódico — a princípio semanal — deverá se transformar num diário nacional.

O encontro discutiu o tema “Co-

municação e Moralidade” e reuniu cerca de duzentas pessoas. “A pornografia é mais corrosiva do que o álcool e o fumo”, afirma Ferreira. Segundo ele, o combate a esse “mal” é um dos desafios atuais do reverendo Moon. “O Império Romano, por exemplo, ruiu por falta de moralidade”, diz Ferreira. Os líderes da Igreja da Unificação atribuem à TV e às revistas a responsabilidade pelo que chamam de “difusão da cultura pornô do país”.

O presidente da AMMCO acredita que a pornografia induz os homens a cometerem graves deslizes morais. Leornes Ferreira cita como exemplo o romance entre a ministra Zélia Cardoso de Mello e o ex-ministro Bernardo Cabral. “Há o caso de um menino que ficou tão excitado com um programa de TV a

ponto de estuprar a irmãzinha”, afirma. A *Folha do Brasil* tem como uma de suas principais metas lutar contra a pornografia para sensibilizar as famílias e mostrar “a verdadeira face” do movimento liderado por Moon.

Em abril, a Igreja da Unificação promoveu um grande encontro sobre meios de comunicação em Moscou, na União Soviética. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, esteve presente ao evento, na época em condição de senador. O reverendo controla, entre outros, o *Washington Times*, dos Estados Unidos, de tiragem diária de 400 mil exemplares. No início dos anos 80, templos da organização foram apedrejados, depois que a igreja foi acusada de fazer “lavagem cerebral” em jovens fiéis. (*O Estado de S. Paulo*, 16/10/90)

Cai o número de protestantes nos EUA

O número de seguidores das igrejas protestantes mais tradicionais nos EUA continua a cair, refletindo uma tendência iniciada na década de 60, enquanto a Igreja Católica e outras confissões tidas como mais conservadoras aumentaram seus quadros de fiéis, segundo o *Anuário 1990 das igrejas americanas e canadenses*.

As estatísticas nele contidas referem-se a 1988, e por elas fica-se sabendo que, no caso das igrejas protestantes, a redução do número de seguidores não foi acompanhada de queda das contribuições. Pelo contrário, constatou-se que a parcela referente aos donativos recebidos teve aumento médio de 3,5%. Quanto a todas as religiões e seitas dos EUA — 219 —, apurou-se que elas têm 145,39 milhões de fiéis, ou seja, 58,7% da população total. O crescimento do número de aderentes foi de 1%.

As 32 Igrejas protestantes filiadas ao Conselho Nacional de Igrejas, as quais constituem a principal corrente do protestantismo, contaram em 1988 com um total de 41,95 milhões de seguidores, de acordo com o relatório. (*O Globo*, 22/10/90)



ELEIÇÕES
& IGREJA

Igreja Universal tem vitória nas eleições

A Igreja Universal do Reino de Deus, comandada pelo célebre *bispo* Macedo, emerge das urnas no Rio como um partido político com mais parlamentares do que o PSDB fluminense. Protagonista de um dos maiores comícios desta campanha, que reuniu no início de junho cerca de 50 mil pessoas nas areias de Copacabana, Macedo elegeu dois representantes para a Câmara dos Deputados, contra nenhum do partido de Artur da Távola, e dois para a Assembléia Legislativa. Esta bancada confere à Igreja Universal do Reino de Deus, feliz proprietária da TV Record e de 10 emissoras de rádio espalhadas pelo Brasil, um cacife político semelhante ao de dois partidos estabelecidos há mais tempo na cena eleitoral — o PL e o PDS.

No comício de Copacabana, Edir Macedo transformou a eleição dos seus candidatos em uma cruzada religiosa. “Vamos lutar com a força divina para levar pessoas da Igreja à política”, dis-

se. A opção da Igreja Universal pela política já havia se confirmado no ano passado, quando Macedo, que responde a processos por estelionato, recebeu o então candidato Fernando Collor e declarou ao rebanho que Deus indicara o ex-governador de Alagoas para a presidência da República. A frente do que chama de “povo de Deus”, uma massa formada por 500 mil pessoas que recebem não mais do que dois salários mínimos, o carismático *bispo* esteve nos EUA comemorando a vitória da cruzada. A tarefa de traduzir fé em votos, em meio à avalanche de votos nulos e brancos, foi um *milagre* que poucos pastores conseguiram vislumbrar. Nenhum dos representantes da Igreja Universal irá à Brasília ou à Assembléia Legislativa com menos de 30 mil votos. Muitos candidatos evangélicos destacados, como Daso Coimbra, Gidel Dantas ou até mesmo o progressista Lysáneas Maciel, ficaram de fora na contagem final. (*Jornal do Brasil*, 16/10/90)

QUEM MATOU CHICO MENDES?

Paulo Tibério/JP





JULGAMENTO

Xapuri, 12 de dezembro de 1990

O Brasil e o mundo de olho no Acre

**CEDI / CNS / CPI-AC / CTA / IEA / UNI
Comitê de Apoio aos Povos da Floresta / STR-Xapuri**

Assurini pressionam para receber indenização

Os índios Assurini, da Área Indígena Trocará, incendiaram no dia 13 último, a ponte sobre o rio Trocará, localizada entre os quilômetros 18 e 28 da rodovia PA-156, a Transcarnetá, que liga os municípios de Tucuruí e Carnetá. A ponte tem 60 metros de extensão. Segundo Dinarte Nobre de Madeiro, superintendente da Funai, em Belém, o fogo não destruiu toda a ponte. Ele informou que os Assurini permaneceram no local até o dia 15, quando a pedido dos funcionários da Funai, voltaram à área indígena.

Dinarte explicou que os índios incendiaram a ponte porque o Governo do Estado ainda não pagou uma indenização devida, já que nove quilômetros da rodovia Transcarnetá, aberta em 1976, passam pela área indígena Trocará. Eles querem ser indeniza-

dos pelos danos causados na mata com a abertura da estrada. O superintendente disse que, quando foi construída a rodovia o governo não pediu autorização aos índios.

Em julho passado, quando a Secretaria de Estado de Transportes (Setran) estava recuperando a Transcarnetá, os Assurini paralisaram as obras. Após esse episódio, Dinarte se reuniu com um dos diretores da Setran, João Rui Castelo Branco, e um advogado da Funai. Na ocasião foi elaborada uma minuta de um possível acordo entre os índios, a Funai e a Setran, representando o governo do Estado, na qual foi fixada uma indenização de Cr\$ 23.000 milhões, que seria paga em 60 dias o que não ocorreu. Depois pediram um prazo de 10 dias e não pagaram. Por fim, pediram mais outro prazo, agora de 15 dias,

e também não pagaram. É por isso que os índios estão revoltados.

O Secretário da Setran disse que o documento sobre a indenização aos Assurini está no Instituto de Terras do Pará, que avaliará se a quantia de 23.000 milhões está adequada. Após essa avaliação, o documento será enviado ao governador Helio Gueiros. Ele explicou que a proposta passará por todo o processo burocrático e só depois será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado. (*O Liberal*, 16/10/90)

Ao contrário da notícia publicada no último Aconteceu, a indenização que os Assurini reivindicam desde 1976 não está assegurada, conforme indicam as informações da notícia acima.

Waimiri Atroari protestam contra poluição de seus rios

A estrada de 77 km que liga a mina de Pitinga, explorada pela Mineração Taboca, à BR 174, tem 38 km de sua extensão dentro da Área Indígena Waimiri Atroari. O índios bloquearam a estrada no dia 17 de outubro em protesto à poluição do rio Alalau e seus afluentes, causada pela mineradora. Só aceitaram desbloquear a rodovia depois que a empresa concordou em marcar uma reunião para discutir o assunto. Outra condição que os índios impuseram foi o pagamento mensal que a empresa

não estava realizando desde janeiro deste ano, pela utilização da estrada, e os estragos e transtornos causados por ela.

A Taboca depositou Cr\$ 2 milhões e 400 mil na conta da comunidade e prometeu entregar barcos e motores de popa no dia 21 do mesmo mês.

A empresa tinha parado de pagar o uso da estrada, porque ela está *sub judice*, e a Funai estava proibida de receber. O Ministério Público Federal interditou a estrada em janeiro deste ano, por ser ilegal uma estrada

particular dentro de território indígena, além da estrada facilitar a invasão da área e causar conflitos entre índios e brancos. A mineradora conseguiu uma liminar na justiça para continuar usando a estrada até que seja julgado o mérito da questão.

A mineradora foi multada em Cr\$ 107 milhões pelo Ibama pela poluição que causa na região. Além de acabar com a poluição os índios não querem mais a estrada, e exigem que a empresa encontre uma solução para esses problemas. (*CEDI*, 31/10/90)

Kaingang e Guarani bloqueiam estrada

Cerca de quinhentos índios Kaingang e Guarani bloquearam uma das estradas da Área Indígena Mangueirinha, no Paraná. Os índios temem o despejo de suas famílias da gleba 8 da reserva por causa de uma liminar de reintegração de posse da terra que o juiz da 2ª Vara Federal de Curitiba, Francisco Praxedes, concedeu ao empresário gaúcho Jonas Rodrigues de Lima. (*O Estado de S. Paulo*, 19/10/90)

Boatos Xavante

O superintendente da Funai em Cuiabá, Odenir Pinto de Oliveira, desmentiu o assassinato do cacique Celestino Xavante por fazendeiros e jagunços da fazenda Gameleira, no limite da Área Indígena Parabubure, Mato Grosso. Odenir informou que o cacique Celestino "está muito revoltado" com o tratamento hostil dos fazendeiros vizinhos da área indígena. Ele adiantou que Celestino deve viajar para Brasília para explicar a situação da reserva de Para-

bubure ao presidente da Funai.

De acordo com o superintendente geral da Funai, Edívio Battistelli, o equívoco foi criado pelo irmão do cacique, Carlos Dumhiwe, chefe do posto indígena Parabubure, que comunicou à direção da Funai por meio do rádio o assassinato do irmão e pediu providências urgentes da Polícia Federal. Battistelli declarou que será aberta uma sindicância para apurar as causas do equívoco. (*O Estado de S. Paulo*, 01/11/90)

Índios Tuxá exigem cumprimento da promessa de irrigação

Desalojados pela Chesf das terras férteis onde viviam da agricultura, na Ilha da Viúva, no rio S. Francisco, os índios Tuxá estão passando necessidades, porque não tem mais como cultivar lavouras de subsistência, já que os campos de irrigação prometidos pela Chesf até hoje não foram construídos nos novos locais de moradia. Os índios estão revoltados e pedem que a Funai tome providências contra a Chesf, para evitar que a degradação social tome conta da tribo.

As informações foram transmitidas pelo Cacique Manoel Cruz que relatou o drama na Delegacia Regional da Funai em Recife. E ameaçou — caso não seja tomada nenhuma providência, a tribo inteira vai acampar nos jardins da Chesf, no Recife, depois de voltarem de Brasília onde irão denunciar a situação em que vivem depois da transferência forçada, em 1987, de suas terras que foram alagadas pela Hidrelétrica de Itaparica.

A Chesf construiu duas vilas para os índios morarem, nas cidades de Botirama e Rodelas, ambas na Bahia, e prometeu que construiria sistemas de irrigação que permitissem aos índios continuarem plantando, uma vez que essas terras são distantes do rio. As obras estão paralisadas desde o governo Sarney.

O cacique Tuxá disse que “não dá para esperar mais, porque embora a Chesf pague salários para cada família de Cr\$ 7.000,00, os índios mais novos vão terminar virando marginais, acostumados que estão à desocupação”. (*Jornal de Brasília*, 20/10/90)

Lutzenberger quer o fim da Funai

Lutzenberger defendeu a extinção da Funai, que deveria ser transformada em uma secretaria da Presidência da República, “com um coração eficiente de antropólogos”. “Espero que esta decisão seja rápida”, disse. (*Folha de S. Paulo*, 31/10/90)

Collor já tem em mãos projeto de criação do Parque Yanomami

O presidente da Funai, Cantídio Guerreiro encaminhou ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, no dia 17 de outubro, projeto de decreto para ser assinado pelo presidente Fernando Collor, propondo a criação do Parque Indígena Yanomami, conforme a proposta da Funai contida na Portaria nº 1817/E de 08/01/85, a qual define a superfície contínua de 9.419.108 hectares para o Parque. Este projeto de decreto revoga os decretos de fevereiro de 89 que homologam a demarcação administrativa de 19 áreas descontínuas que reduziu a superfície total da terra Yanomami para 2.485.215 ha. Revoga também os decretos de janeiro e fevereiro deste ano, que criaram as reservas garimpeiras inconstitucionalmente dentro do território Yanomami. (*CEDI*, 30/10/90)

Lutzenberger faz minuta para Collor assinar

Lutzenberger enviou a Collor, no dia 22, minuta de medida provisória que extingue as Florestas Nacionais de Roraima e do Amazonas inseridas na terra dos Yanomami. O objetivo é devolver as áreas declaradas florestas nacionais à administração da Funai, a fim de que seja criado o Parque Indígena Yanomami, objetivando oferecer integridade ao habitat daquele povo. (*CEDI*, 30/10/90)

Kaiapó invadem mineradoras

Armados de escopetas e espingardas de grosso calibre, 40 índios Kaiapó da aldeia Kokraimoro invadiram na semana passada as mineradoras São Francisco e Canopus localizadas no município de São Félix do Xingu, no sul do Pará. A invasão causou pânico entre os funcionários das duas mineradoras, que estão localizadas fora da reserva Kaiapó, pois os índios ameaçam destruir máquinas, equipamentos e acampamentos. A denúncia da invasão foi feita através de telex do diretor das duas mineradoras, Oscar Pereira Filho, ao diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, geólogo Elmer Prata.

O superintendente da Funai em Belém, Dinarte Madeiros, disse que há anos a mineradora Canopus vem cedendo alimentos, medicamentos e combustível aos índios da aldeia Kokraimoro. Mas como a nova direção das mineradoras tem se recusado a fornecer esse auxílio, os índios resolveram fazer ameaças, embora reconheçam que as duas mineradoras não ocupam áreas das reservas já demarcadas dos Kaiapó.

As mineradoras São Francisco e Canopus vêm atuando naquela região desde a década de 70, explorando as minas de cassiterita denominadas Mocambo, Bom Jardim e Iriri. Ambas pertenciam ao grupo Rhodia, mas foram negociadas, com autorização do DNPM, para o grupo Caeté Participações, de São Paulo, em maio deste ano, que tem como um dos sócios o atual secretário de Planejamento da Presidência da República, Marcos Fonseca. A Caetés ficou com 40% do capital acionário, Oscar Pereira Filho ficou com 15% do capital, outros 15% pertencem ao ex-vice presidente do Banco do Brasil Adroaldo Moura da Silva e o restante do capital acionário foi dividido entre acionistas minoritários.

Através de telex, o diretor da empresa, Oscar Pereira Filho pede providências à Funai e ao DNPM, dizendo que existe ameaça de paralisação da lavra. Dinarte Madeiros, diz que a Funai está disposta a intermediar um entendimento entre os índios e as mineradoras. (*Jornal do Brasil*, 26/10/90)

Crise na indústria bélica chega à Embraer

Durante o primeiro semestre de 1990 o diretor superintendente da Embraer, Ozílio Silva, anunciou por várias vezes perspectivas otimistas para a empresa. Dentre elas, previa-se investimentos da ordem de US\$ 166 milhões e aumento de cerca de 6% do número de seus funcionários durante o ano, projetando um crescimento de 14% para a década de 90.

Estas previsões foram alimentadas pela divulgação de vários novos negócios para a empresa, principalmente no mercado internacional. Falou-se em uma venda de US\$ 1 bilhão do avião AMX para a Venezuela e os Estados Unidos, o início da comercialização dos novos CBA-123 e EMB-145 para a aviação comercial estadunidense, novos negócios no mercado europeu, Canadá e até com a Austrália. Além disso, no médio prazo estavam previstas excelentes propostas para a comercialização do avião de treinamento militar Tucano, também com os Estados Unidos, e do caça militar subsônico, AMX, com vários países da América Latina.

A notícia da crise revela que os aviões de emprego militar da Embraer serão os primeiros a sair da linha de produção pelo menos temporariamente. As vendas do Tucano, esperadas ainda para este ano não se concretizaram e o caça subsônico AMX, que já consumiu investimentos de

US\$ 700 milhões em seu desenvolvimento, deverá ficar fora da produção pelos próximos dois anos. A empresa concentrará esforços no avião de uso civil Brasília, o único com encomendas garantidas, além de ser o campeão de vendas nos últimos anos.

Os sintomas da crise não são diferentes dos que abalaram a Engesa e Avibrás, empresas produtoras de equipamentos militares: a forte retração do mercado mundial de armamentos e a drástica redução de subsídios e incentivos governamentais que alimentaram este setor por muitos anos.

Mais uma vez está questionado o modelo da indústria brasileira de armamentos, denunciado várias vezes pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos que, inclusive, já havia apontado a necessidade destas empresas diversificarem suas produções e priorizarem o mercado civil.

Parece que a Embraer vai fazer isto agora, não sem antes adicionar uma grande parcela de trabalhadores ao total de demitidos do setor de armamentos da região, que já chega próximo aos 13 mil. (Maurício Broinzi Pereira/CEDI, 31/10/90)

Empresa demite quatro mil

Mergulhada numa dívida acumulada de US\$ 600 milhões, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) começou a demitir 4 mil de seus 12.600 trabalhadores, 30% de seu quadro de funcionários. A empresa concederá também licença remunerada a todos os que não forem demitidos, paralisando totalmente sua produção do caça AMX por dois anos, projeto que desenvolve em conjunto com a Itália, e engavetando até o próximo ano o projeto do jato EMB-145.

A notícia sobre as demissões

foi divulgada pelo senador eleito Eduardo Suplicy (PT-SP), que por duas horas e meia esteve reunido com a diretoria da empresa e o superintendente Ozílio Silva.

Durante a reunião Ozílio apresentou ao senador a proposta de criação de um fundo de participação de funcionários conversível em ações depois de alguns anos. Segundo declarações da empresa feitas ao senador, a crise se agravou nos últimos meses devido ao corte de crédito da Embraer junto ao BNDES. (Jornal do Brasil, 30/10/90)

PCB sai da CGT e vai para a CUT

Duzentos sindicalistas de todo o país, ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), decidiram, por 80% dos votantes, apoiar oficialmente a CUT. A decisão será referendada pelo Comitê Central do PCB, conforme anteciparam o presidente do partido, Salomão Malina, e o vice Roberto Freire. "Agora, partirá dos diretores dos sindicatos a iniciativa de levar a CUT aos associados, concitando-os a se filiarem à CUT", explicou Roberto Freire. A postura do PCB daqui para frente será um apoio ostensivo e oficial à CUT. (Jornal da Tarde, 22/10/90)

Medeiros dificulta acordo

As negociações salariais dos metalúrgicos estão se transformando em mais uma disputa política entre o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antonio Medeiros, e a CUT, a principal central sindical do país. Apesar de os sindicatos terem manifestado disposição de estarem unidos nas negociações, reivindicando a unificação de sua data-base, Medeiros não quer sentar-se à mesma mesa que a CUT para negociar com as empresas. Os sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos — com data-base em novembro — assumiram um compromisso com o Departamento dos Metalúrgicos da

CUT e a Federação dos Metalúrgicos, que representam trabalhadores do Interior e ABC paulista com data-base em abril, de negociar juntos o reajuste salarial com o Grupo 19 da Fiesp. Todavia, os sindicatos de São Paulo e Guarulhos retiraram-se anunciando que negociarão separadamente da CUT, alegando que negociações separadas sempre ocorreram e possibilitam melhores resultados. Nessa disputa com a CUT, Medeiros contrariou um importante aliado, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que só acompanhará a decisão dos de São Paulo porque sua data-base também é novembro. (Gazeta Mercantil, 26/10/90)

Sudeste tem menos verbas para educação

O novo cálculo de percentuais de distribuição das cotas do salário-educação vai destinar Cr\$ 524 milhões a menos à região Sudeste, em relação ao previsto inicialmente. A tabela, elaborada pelo Ministério da Educação, considerou a redução de 1,5% na participação da região na massa salarial do país, base do cálculo. Os recursos, destinados ao ensino público de 1º grau, são arrecadados com base no desconto de 2,5% da folha de pagamento das empresas.

Dois terços do total arrecadado vão para os estados. Com a redução,

esse dinheiro será destinado às demais regiões. Para a região Sudeste a liberação será de Cr\$ 10,1 bilhões (65,4% do total), sendo Cr\$ 6,47 bilhões para o estado de São Paulo e Cr\$ 2,15 bilhões para o Rio de Janeiro. No total, o governo repassará Cr\$ 15,3 bilhões.

Com a liberação da décima parcela do ano, a região Norte ficou com Cr\$ 425 milhões, o Nordeste com Cr\$ 1,59 bilhão, o Sul com Cr\$ 2,45 bilhões e o Centro-Oeste com Cr\$ 826 milhões. Segundo o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, ainda res-

tam duas parcelas até o fim do ano, calculadas inicialmente em cerca de Cr\$ 15 bilhões. Nos sete meses de governo, os estados já receberam quase Cr\$ 40 bilhões.

O ministro Chiarelli explicou que o governo Collor alterou a sistemática do cálculo porque ele se baseava nos índices de 1988. O repasse aos estados também foi alterado. No ano passado, por exemplo, o governo enviou aos estados apenas uma parcela no dia 20 de dezembro, sem correção monetária. (*Jornal do Brasil*, 24/10/90)

Indicadores mostram decadência do ensino paulista

Segundo estudo recente da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), que analisou o desempenho das escolas paulistas na década de 80, de cada 100 alunos que iniciam a 1ª série escolar, somente 22 conseguem chegar ao último ano do 2º grau. Os dados da Seade mostram que a oferta de vagas não é suficiente para dar condições de estudo à população. Na última década, a escola pública abrangeu 90% da população entre 7 e 14 anos. Se isso coloca São Paulo à altura do desempenho dos 10 primeiros países classificados do grupo de renda per capita média alta, segundo o estudo da Seade, a cobertura escolar para os jovens entre 15 e 18 anos, de cerca de 40%, colocam o estado numa posição só melhor que a da Argélia.

Para José Roberto Rus Perez, pesquisador que coordenou um estudo semelhante feito pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp, o problema mais grave é do ensino noturno, frequentado pela população com menor poder aquisitivo e que, normalmente trabalha durante o dia. É onde estão as mais altas taxas de evasão e repetência. Na 5ª série, em 1987, 43% dos alunos matriculados nos cursos noturnos desistiram de concluí-lo. (*O Estado de S. Paulo*, 21/10/90)

Federação dos prefeitos quer verbas para educação

Os 18 prefeitos que representam a Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) reuniram-se com o presidente do Tribunal de Contas, Dibercherem. O assunto foi a aplicação de verba correspondente à 25% do orçamento dos municípios na educação.

Os prefeitos têm dúvidas sobre que tipo de aplicação pode ser debitada no setor. Cherem disse aos prefeitos que o Tribunal de Contas está estudando uma forma de orientar

os municípios na utilização da verba. Essas dúvidas fazem com que muitos municípios não consigam atingir o percentual exigido pelas constituições.

Conforme o presidente da Fecam, Estener Soratto (prefeito de Tubarão), essa é a razão pela qual 94 dos 297 municípios do estado foram ameaçados com intervenção por irregularidades na aplicação do orçamento. (*O Estado/Florianópolis, SC*, 19/10/90)

Anped alerta sobre privatização

O Plano Plurianual para a Educação, que traça a política e linhas de ação do Governo Federal para o setor nos próximos cinco anos sugere tendências de privatização do ensino. O alerta foi feito pela secretária de Educação do Paraná, Gilda Poli, em 18/10/90, durante a 13ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), realizada em Minas Gerais.

Gilda sugeriu a todos a leitura minuciosa e atenta do plano onde, segunda ela, é nítida essa intenção do governo quando prevê o repasse de verbas para a escola privada. Outro ponto do plano criticado pela secretária é o Programa de Ensino Polivalen-

te que, segundo ela, contraria todo o estudo científico sobre o ensino fundamental, na medida em que propõe a profissionalização já no 1º grau, dando a ele o caráter de "fim de linha".

Gilda criticou também a conduta do Ministério da Educação, acusando o ministro Carlos Chiarelli de praticar uma política cartorial, liberando recursos de acordo com seus interesses políticos. As evidências, segundo ela, estão nas páginas do Diário Oficial da União, onde se constata que as verbas liberadas privilegiam os estados do Rio Grande do Sul, terra natal do ministro, e de Alagoas, estado de origem do presidente Fernando Collor. (*Hoje em Dia/Belo Horizonte, MG*, 19/10/90)

Comunidade Européia decide adiar unificação

Onze dos doze chefes de governo dos países da Comunidade Européia (CE) decidiram adiar a unificação do continente, prevista para acontecer no dia 1º de janeiro de 1993. A provável nova data é 1º de janeiro de 1994. A decisão foi tomada em reunião de cúpula em Roma.

Com exceção de Margaret Thatcher, todos reafirmaram o desejo de uma união política e monetária na Europa. A Grã-Bretanha reluta em aceitar a criação de uma moeda única e é contra a unificação política.

O porta-voz da presidência italiana da Comunidade Européia, Pio Mastrobuoni, negou-se a informar se a cúpula ainda submeterá a matéria a votação para tentar superar a oposição britânica. A questão será reexaminada durante a próxima reunião da cúpula da CE, em Roma dias 13 e 14 de dezembro.

Os líderes europeus concordaram em que se deve fixar uma data para a segunda etapa da União Econômica e Monetária (UEM), que prevê a instauração de paridades fixas entre as moedas dos 12 países e a criação de uma moeda única européia. O por-

ta-voz italiano negou-se a confirmar se essa data seria 1º de janeiro de 1994, considerada ideal pela maioria, incluindo o chanceler alemão Helmut Kohl. A primeira etapa, de coordenação política, começou em julho. (Folha de S. Paulo, 29/10/90)

As condições para a unificação

O início da segunda fase da unificação da Europa, previsto para 1º de janeiro de 1994, depende de que tenham sido atingidos:

- A criação de um mercado único para os países da Comunidade Européia.
- Um tratado de união monetária ratificado por todos os países membros.
- Garantia de todos os países membros de que seus bancos centrais, integrantes de um Banco Central Europeu a ser criado, estarão livres de controle político.
- Proibição do financiamento de déficits orçamentários dos países membros.
- A integração do maior número possível de países membros aos mecanismos de câmbio da Comunidade Européia.

Chamorro governa em clima de guerra

Os *contras* voltam a pegar em armas, agora contra o governo de Violeta Chamorro, que completa seis meses em clima de guerra civil. "A violência e a anarquia tomam conta do país", diz o chefe de polícia da Nicarágua. Um dos comandantes dos *contras* regressou às montanhas com 200 homens. Outro dirige uma "associação cívica de resistência". Em algumas regiões, surgem "polícias rurais" que nada têm a ver com o governo.

Muitas ações mais parecem banditismo. As organizações sandinistas, em grande parte intactas, aproveitam o agravamento da crise (3.000% de inflação este ano) e colocam Violeta contra a parede. A presidente não escapa nem de sua coligação, a UNO. O vice-presidente, Virgilio Godoy, se opõe a ela. Criou "brigadas de salvação nacional" com ajuda de antigos *contras*. (Folha de S. Paulo, 28/10/90)

EUA podem enviar mais 100 mil ao Golfo

O secretário da Defesa dos EUA, Dick Cheney, disse que seu país poderá enviar mais 100 mil soldados para o golfo Pérsico. Cheney disse que o presidente iraquiano, Saddam Hussein, pode lançar uma ofensiva em breve, antes que suas Forças Armadas — compostas por um milhão de homens — estejam comprometidas pelas sanções econômicas internacionais. (Jornal da Tarde, 26/10/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL